

Novos protestos

31 MAR 1968

dos estudantes

Para protestar contra o aumento das mensalidades escolares, mais de mil estudantes secundaristas de Brasília fizeram uma passeata, ontem, até o Ministério da Educação. A concentração foi em frente ao colégio Leonardo da Vinci, onde se juntaram aos alunos desta escola outros dos colégios Sigma, Alvorada, JK, Marista, Objetivo, Dom Bosco, La Salle, Católica e Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub).

Durante a passeata, os estudantes gritaram palavras de ordem contra a exploração que vêm sofrendo das escolas particulares e pelo direito à educação. O objetivo da manifestação foi pressionar o Governo a revogar o Decreto nº 95.720, que liberou os preços das mensalidades, e aplicar um índice de aumento das mensalidades compatível com os reajustes salariais de seus pais.

Ao chegar ao Mec, uma comissão, formada por dois representantes de cada escola, tentou falar com o secretário-geral, Luiz Bandeira, que se encontrava viajando, segundo informou seu chefe de Gabinete, Luiz Antonio. Em razão disso ficou marcada uma audiência, às 10h00 de segunda-feira, da comissão com o secretário-adjunto, Hélio de Carvalho Matos.

Reajustes

Até o mês de janeiro, as mensalidades escolares eram reajustadas de acordo com a Unidade Relativa de Preços (URP). Mas, no dia 7 de fevereiro, o presidente José Sarney assinou o Decreto nº 95.720, dando liberdade para os proprietários das escolas cobrarem o que eles acharem necessário para a manutenção de seus estabelecimentos.

A partir de então, os preços das mensalidades dispararam. A justificativa dos donos das escolas é de que os aumentos estão fundamentados no acordo dos professores que têm data-base em março. Fala-se também na melhoria da qualidade do ensino, mas sem detalhar os benefícios. Isto está gerando uma revolta nos estudantes que já vinham fazendo manifestações isoladas nos estabelecimentos que freqüentam. A primeira manifestação conjunta foi dos estudantes das faculdades particulares, no último dia 23, em frente ao Mec.

A idéia desta passeata de ontem partiu dos estudantes do

Leonardo da Vinci, que deixaram a escola na sexta-feira, antes do término das aulas, ao tomarem conhecimento da mensalidade de abril. Na segunda-feira, pela manhã, eles fizeram uma manifestação e decidiram entrar em greve, numa forma de protesto contra os aumentos das mensalidades que em fevereiro eram Cz\$ 4.700, em março subiram para Cz\$ 6.760 e em abril para Cz\$ 10.960.

Nos outros colégios, a revolta também é grande. Segundo os alunos do Sigma, Gabriela Braga e Celso Neto, a escola está cobrando Cz\$ 6.236 em março, Cz\$ 11.200 em abril e Cz\$ 13.202 em maio. O Alvorada, segundo um manifestante desta escola, cobrou Cz\$ 5.500 em fevereiro, e Cz\$ 9.223 em março. A estudante da Dom Bosco, Ana Carolina, disse que lá a mensalidade de fevereiro foi para Cz\$ 6.400 e a de março para Cz\$ 8.000. No La Salle, o aluno George Marcelo foi informado, no ato da matrícula, que a matéria em dependência custaria Cz\$ 300, "entretanto subiu para Cz\$ 2.500"

Pais

A manifestação contou também com a participação dos pais, entre eles Luiz Solano, que foi dar apoio aos três filhos que estudam no colégio La Salle. Na sua opinião, o aumento está sendo abusivo e o decreto deve ser revogado. Segundo a funcionária pública Rosemary Cabral da Silva, que também foi à passeata dar apoio a dois filhos, "Os preços cobrados pelas escolas não condizem com a qualidade de ensino que elas estão oferecendo". Ela disse que se sente muito preocupada tanto com a qualidade de ensino da rede oficial quanto da particular, "que está péssima".

Na opinião do secretário de Relações Exteriores da União Nacional dos Estudantes (UNE), Antônio Viana, esta foi a maior passeata dos estudantes secundaristas desde 1968. "Resta agora reforçar e manter estas manifestações", disse ele. Segundo informou, a UNE protocolou um documento junto à Procuradoria-Geral da República, pedindo a inconstitucionalidade do Decreto nº 95.720. Enquanto esperam o julgamento no Tribunal Federal, ele disse que as entidades estudantis estão entrando com suas reclamações junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal.